

Assembleia Intermunicipal

Ata da Reunião Ordinária da Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões de onze de dezembro de 2023

--- Aos onze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e três, na vila de Oliveira de Frades, no Salão dos Bombeiros Voluntários, reuniu a Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

----- Período de Antes da Ordem do Dia-----

----- 1. Aprovação da ata da sessão ordinária realizada a 28/04/2023;-----

----- Período da Ordem do Dia -----

----- 1. Análise e discussão da informação escrita do Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, relativa às atividades desenvolvidas pela CIM entre o dia 29 de abril ao dia 17 de novembro de 2023, nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;-----

----- 2. Análise, discussão e votação da 2.ª revisão orçamental, do exercício económico de 2023, nos termos do disposto na alínea b) do artigo 84º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e da alínea b) do artigo 15º dos Estatutos da CIM Viseu Dão Lafões;-----

----- 3. Análise, discussão e votação da proposta de Mapa de Pessoal, para o exercício económico de 2024, nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 90º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;-----

----- 4. Análise, discussão e votação da proposta de Orçamento e Plano de Atividades para o exercício económico de 2024, nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 90º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;-----

----- 5. Análise, discussão e ratificação da proposta de decisão de autorização da despesa relativa ao contrato de serviço público a celebrar na sequência da revisão do modelo financeiro do concurso público para a contratação de serviço de transporte rodoviário de passageiros na Região de Viseu Dão Lafões, nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;-----

----- 6. Listagens de compromissos plurianuais, assumidos, entre o dia 1 de abril e 17 de novembro de 2023, ao abrigo da autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais, nos termos do artigo 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e do artigo 12º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho;-----

----- 7. Análise, discussão e votação da proposta de autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais, no exercício de 2024, nos termos do artigo 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro;-----

----- 8. Análise, discussão e votação, nos termos do artigo 164.º do Código do Procedimento Administrativo (CPA), da proposta de deliberação de submissão à Assembleia Intermunicipal, para ratificação na próxima sessão a realizar, a autorização de reprogramação da GOP 2023 e a

Assembleia Intermunicipal

repartição de encargos e assunção do compromisso plurianual para a “Aquisição de serviços de elaboração de processos de Representação Gráfica Georreferenciada” e para a “Aquisição de serviços de mobilidade”, no âmbito do projeto de “Implementação do Sistema de Informação Cadastral Simplificado na região Viseu Dão Lafões - BUPI”, para efeitos do disposto no artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho e nos artigos 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro e 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; -----

----- 9. Análise, discussão e votação, nos termos do artigo 164.º do Código do Procedimento Administrativo (CPA), da proposta de deliberação de submissão à Assembleia Intermunicipal, para ratificação na próxima sessão a realizar, a autorização de reprogramação da GOP 2023 e a repartição de encargos e assunção do compromisso plurianual para a “Aquisição de serviços para conceção, produção, montagem e desmontagem do stand da CIM Viseu Dão Lafões para a BTL 2024”, para efeitos do disposto no artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho e nos artigos 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro e 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; -----

----- 10. Análise, discussão e votação, nos termos do artigo 164.º do Código do Procedimento Administrativo (CPA), da proposta de deliberação de submissão à Assembleia Intermunicipal, para ratificação na próxima sessão a realizar, a autorização da repartição de encargos e assunção do compromisso plurianual para a “Aquisição de serviços de apoio no âmbito da candidatura de classificação do património megalítico da sua área territorial como Património da Humanidade junto da UNESCO”, para efeitos do disposto no artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho e nos artigos 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro e 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

--- Intervenção do Público -----

--- Realizada a chamada às dezasseis horas e trinta minutos, verificou-se a falta dos seguintes Deputados: Ricardo Jorge da Costa Guerra, Sandra Cristina Oliveira Cortês, Diogo Gomes Carvalhas, António de Oliveira Giroto, João Tiago Coutinho de Carvalho Henriques, José Albuquerque Vaz. Alexandra Maria Lopes Monteiro, Luis Miguel do Carmo Ferreira Veiga da Costa, Manuel de Sousa e Silva, Maria Helena de Campos Coimbra, Pedro Filipe dos Santos Alves e Lúcia Fernanda Ferreira Araújo da Silva. -----

--- Verificando-se a existência de “quórum”, a Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, Cilene Gomes Lindinho, declarou aberta a Assembleia. -----

--- Período de Antes da Ordem do Dia -----

Assembleia Intermunicipal

--- **Quanto ao primeiro ponto do período de antes da ordem do Dia** – Aprovação da ata da sessão ordinária realizada a 28/04/2023 -----

--- Em face da ausência de inscrições, a Senhora Presidente colocou a mesma a votação tendo sido aprovada por unanimidade, pelos 33 deputados presentes.-----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado **Mário Pereira**, cuja intervenção se transcreve: “Há um ano falei aqui na Assembleia sobre algumas questões que tem que ver com a floresta e uma das coisas que eu lamento vir aqui dizer é que, de facto, na prática nós estamos, não diria na mesma, só um bocado pior ou um ano pior, porque, entretanto, todo o mato cresceu mais um ano. Uma das coisas que eu já no ano passado dizia e não percebia qual era função, nem o que é que diziam, que era que de facto tanta formação foi dada na área do fogo controlado e que não se faça fogo controlado. Eu diria até que, acho que Portugal é um especialista em comentadores e eu tenho dúvidas se a formação para o fogo controlado não foi dada só para termos mais comentadores especializados em fogo controlado quando houver incêndios, porque esta coisa de especialistas em fogo controlado fazem-me lembrar sempre os especialistas em tudo e acho que Portugal é um país com imensos especialistas em tragédias acontecidas, mas que infelizmente são completamente incompetentes para as prevenir e penso que estamos aqui mais no mesmo, mas de facto acho que é uma coisa que nós devíamos pensar seriamente. -----

--- Uma outra questão, que tem que ver com a CIM , que me preocupa particularmente, e que o concelho de Oliveira de Frades tem feito uma boa utilização, nomeadamente do transporte “IR e Vir”, mas dizem-me pessoas que utilizam os transportes de Oliveira de Frades em que há autocarros em que chove lá dentro como na rua, penso que será uma questão que não deverá ser só aqui, e obviamente que vamos mal de transportes públicos, mas acho que uma boa parte desses problemas também é nosso, é nosso e das Assembleias Municipais e dos autarcas, porque acho que nós temos assistido ao longo destes anos, diria sentados, à degradação de um serviço que é absolutamente essencial para as pessoas que são mais pobres, os mais idosos e os mais frágeis. Eu não posso deixar de salientar aqui o papel dos nossos colegas que até são deputados no Parlamento e que têm ignorado este assunto sistematicamente. Já uma vez me disseram que os deputados dos partidos e dos vários distritos do interior não se podiam unir para fazer lóbi porque isso era contra não sei o quê, eu só, no outro dia, achei que isso não devia ser bem assim, porque vi num jornal nacional, um comunicado dos deputados do partido socialista, de todos os distritos do interior, a congratularem-se pela redução das portagens, portanto achei que, se era possível organizarem-se para se congratularem pelo fim das portagens, que não há nenhum motivo para que não se organizem e que lutem para outras

Assembleia Intermunicipal

coisas que são também absolutamente essenciais para as populações. E, por isso é importante que se lembrem também que há pessoas que não usam tanto o IP3, nem as autoestradas, mas que precisam obviamente de transportes e o entendimento que a CIM faz sobre os transportes públicos tem de ser discutido, porque acho que está inquinado com alguns pressupostos que desconsideram os direitos de algumas pessoas. Por razões profissionais acompanhei alguns processos de implementação do “Ir e Vir” e considerou-se que não era de atender, agora isto tem um problema que é assim, no caso concreto da Associação, temos duas pessoas com mobilidade reduzida, um usa muletas para se mover e outro uma cadeira de rodas, as não podem beneficiar do “Ir e Vir” porque o autocarro passa a menos de um quilómetro da casa delas. Só que acontecem duas coisas, a primeira elas não conseguem caminhar até ao autocarro e se por acaso lá chegassem, não conseguiriam entrar e, das duas uma, nós assumimos que estas pessoas não têm direito ao transporte que precisam, sim ou não, e nós precisamos deste sim ou não a isto, porque é de facto isto que depois acontece quando nós fazemos determinadas coisas, à pessoas que ficam sem acesso e é isso que nós temos de ter presente e ter bem esta noção de que se estas pessoas têm ou não direito. Eu por mim, continuarei a dizer que sim e irei insistir nisto até que a voz me doa, porque não podemos assistir a isto e ao mesmo tempo vemos que em Lisboa, na zona urbana de Lisboa as pessoas têm um passe de 40 euros que dá para ir de Mafra a Setúbal, as vezes que quiserem e onde quiserem. Isto não é possível, nem nós devíamos aceitar que um passe, que é uma carreira de manhã e de tarde custe mais que isto, isto é só ofensivo, não percebo como é que nós pudemos calar-nos perante isto. É claro que depois a Câmara de Lisboa até pode oferecer passes a idosos, se tivesse lá transporte de graça, passes de 20 euros ou 10 euros que é o que fica para idosos. Oferecer passes de 10 euros a idosos até eu oferecia, não é preciso ser a Câmara de Lisboa. Portanto, acho que nós não podemos continuar a assistir a isto. -----

--- Eu também devo dizer que em relação à inauguração oficial da Ecopista do Vouga, também achei mal, que ela tivesse sido inaugurada num passeio, de uma rua da cidade de Viseu, e não tenha sido inaugurado, nomeadamente em Oliveira de Frades, porque aliás é onde tem a maior extensão e também porque o troço da Ecopista do Dão e o troço da Ecopista do Vouga, na cidade de Viseu, não tem nada a ver um com o outro. O troço do Dão é convidativo para andar de bicicleta ao a pé, o percurso da Ecopista do Vouga, dentro da cidade de Viseu é uma adivinhação, não se sabe aonde é que está, não se sabe como é que é, e tem troços, de facto, extremamente pouco convidativos a qualquer coisa que seja andar lá. -----

Assembleia Intermunicipal

--- Uma outra coisa que me foi posta, que fui confrontado com isto, num seminário que tinha que ver com a saúde mental e os idosos, e põe-se o problema do isolamento dos idosos e eu penso que o isolamento dos idosos está diretamente relacionado de duas coisas, que são política, nomeadamente a política do urbanismo das nossas autarquias. E eu acho que nós devíamos enfrentar esse problema e ter consciência dele, pelo menos. Está relacionado com duas coisas, do meu ponto de vista, uma delas é a tendência que houve nas nossas aldeias para fazer construção linear ao longo das vias de comunicação e isso fez com que as pessoas hoje morem longe umas das outras e que as nossas aldeias não tenham largos ou praças em que as pessoas se encontrem. Isto é obviamente a promoção do isolamento, é muito giro quando as pessoas têm trinta anos e andam de carro, não tem graça nenhuma quando as pessoas têm oitenta anos, setenta anos e não podem sequer andar a pé. Outra questão também é o facto de hoje as nossas urbanizações também não terem praças, continuamos a fazer coisas não sei para quê e para quem, como também o facto, podem dizer que seria muito caro, continuamos a construir em altura, seja com dois, três, quatro andares, sem elevadores, é uma coisa pré-histórica, o custo de um elevador hoje não justifica que haja prédios em altura que não tenham elevador, nem que tenha só dois pisos, porque isto depois faz com que, todos vocês conhecerão certamente pessoas que vivem isoladas em segundos ou terceiros andares sem poderem vir à rua, como também, isto é uma questão cultural, que também deve ser combatido e que os técnicos de urbanismo também têm de ter atenção a isto, nós temos muita gente nas nossas aldeias a viverem isolados em primeiros andares porque há um preconceito contra viver ou dormir no rés do chão, isto é um preconceito cultural ainda importante e que também devia ser bem visto. Porque também se não resolvermos estas coisas não há psiquiatras, não há lares de apoio, lares residenciais, não há serviços domiciliários que combatam o isolamento dos idosos, eu acho que é basicamente uma questão de urbanismo e por isso acho que ele está do nosso lado, não se pode ter agora uma questão social, não pode ser uma questão de mais comprimidos da psiquiatria, para combater a ansiedade, que haverá muita gente a ganhar dinheiro com isso, mas eu penso que é preciso combater isto na raiz.-----

--- Uma outra questão que se relaciona diretamente com a autoridade política, e sem querer fugir a isto, à situação em que nós estamos, e sem a necessidade de combater a corrupção, há algumas coisas que eu penso que nós também devíamos fazer, e uma delas tem de ver também com a política. Não é por acaso que agora também foram constituídos arguidos dois sócios com escritórios de advogados num processo. Eu acho que isto tem de ver também com a grande mistura que há entre os grandes escritórios de advogados e a política. Acho que isto devia ser

Assembleia Intermunicipal

uma coisa a que os políticos se deviam opor e abrir os olhos. E a primeira coisa, não faz sentido e devia ser completamente impedido, não faz sentido que uma pessoa que foi secretário de estado oito dias, não possa ir trabalhar para uma empresa, mas já é possível que um advogado que representa o Estado nas negociações com uma empresa a seguir seja presidente dessa empresa, a representar os interesses privados, quer dizer isso já não faz confusão a ninguém. Mas, eu acho que isto é moralmente dez vezes, trinta vezes pior que aquela pessoa que exerce um cargo público e depois vai trabalhar para uma empresa, obviamente depois tem de fazer alguma coisa. Portanto, eu acho que isto devia ser simplesmente interdito. -----

---Uma outra questão e isso também é das autarquias, tem de ver com a questão da contratação pública. Não há nenhuma razão para que os advogados e os serviços jurídicos sejam isentos de contratação pública. Se é uma questão de confiança, eu não tinha interesse de ter um construtor de confiança? Eu não tenho interesse de ter um fornecedor de serviços a, b ou c de confiança? E porque é que eu tenho de me sujeitar isso tudo a contratação pública e os serviços jurídicos não podem ser sujeitos a contratação pública, simplesmente porque as leis foram feitas por advogados, provavelmente até foram feitas de graça, mas de facto salvaguardaram bem esses interesses e penso que é também por aqui que nós vamos combatendo a corrupção e eu acredito que é necessário combater a corrupção. Mas hoje de manhã aconteceu-me uma coisa que mostra até que pouco nós temos de ter cuidado com isto para não cairmos em coisas que são mero populismo e populismo absurdo. Até porque há uma coisa que a malta pensa, que quando a malta fala num discurso de combate à corrupção o motivo muitas vezes não é uma condenação moral, é inveja e, portanto, temos de ter cuidado com isso também. Quando nós escutamos, ai que estou muito contra a corrupção, desde que não me beneficie... todos vocês que são autarcas têm experiência Porque hoje de manhã aconteceu-me, aqui em Oliveira de Frades, uma coisa interessante. Eu sou representante legal de algumas pessoas com deficiência, por ordem do tribunal e tenho uma sentença que diz que sou eu. Eu fui abrir uma conta para uma pessoa dessas e aquilo não dava para fazer, havia lá um problema, enalhava o sistema, eu estou a falar na Caixa de Crédito Agrícola, mas podia ser em outro qualquer, calhou ser na Caixa, e estive lá na primeira vez meia hora, quinta-feira à tarde estive lá uma hora e meia lá com o funcionário a lutar com o sistema e não conseguiram abrir a conta e eu disse que me vinha embora e que ele telefonasse para alguém para resolver o problema, então fui lá hoje de manhã e qual era o problema, como eu sou uma pessoa politicamente exposta, para abrir uma conta é preciso uma autorização dos serviços centrais e isso pode demorar três a quatro semanas. Mas estamos todos a brincar ou quê. É que não está

Assembleia Intermunicipal

em causa a operação, porque não há dinheiro nenhum, a conta está aberta a zeros. Porque eu sou membro de uma Assembleia já nem posso cumprir as minhas funções, porque tenho uma determinação do tribunal, nem isso posso fazer, porque sou membro de uma Assembleia estou sujeito a um escrutínio. Estou sujeito a um escrutínio maior do que se tivesse um cadastro criminal. Isto também não pode ser. Eu acho que também temos de valorizar a nossa função e temos também de nos dar ao respeito enquanto políticos nestas coisas, não irmos atrás destas coisas e também dizermos que somos em princípio pessoas respeitáveis e quem quiser dizer que somos pessoas de mal que o prove. Nós não podemos assumir isso e esta coisa leva de facto a extremos como este, eu agora tenho de ficar, por acaso não há aqui nenhuma questão muito dependente, porque a pessoa é tão desgraçada que nem tem dinheiro para receber, mas por e simplesmente eu podia ficar impedido de se a pessoa precisasse de dinheiro agora para fazer as contas de Natal ela não o podia ter. É disto que estamos a falar, porque eu sou uma pessoa politicamente exposta e, portanto, eu acho que depois isto leva a situações tão ridículas quanto esta e penso que nós temos obrigação, enquanto políticos, também, de nos defendermos disto. Isto também é uma defesa da sociedade e eu acho que temos de exigir respeito pelos nossos cargos e pelas nossas pessoas e quando nós muitas vezes criamos leis e vamos atrás de impulsos para prevenir eventuais, não sei quê. Nós não temos de prevenir eventuais, temos é que combater as coisas que acontecem. Isso obviamente que sim, agora penso que não devemos cair neste tipo de exageros, que depois levam que as coisas ou tenham consequências desastrosas, mas dizem ninguém estava a pensar nisso, mas eu admito que escrutinassem uma transferência de um milhão de euros para a minha conta, admito isso, mas não é disso que estamos a falar, não há sequer um euro a transferir. E, portanto, isto é só um exemplo, como também neste meu combate à corrupção, e havendo agora eleições, e sendo agora este o tema central disto tudo, eu acho que não devemos amaneirar neste ato também e manter os pés assentes no chão porque isto tem consequências depois para práticas tão miseráveis como esta”. -----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Vice-Presidente do Conselho Intermunicipal, **Paulo Almeida**, cuja intervenção se transcreve: “O Ir e Vir é um projeto com uma extrema importância para a região. Nós conseguimos com este projeto disponibilizar transporte público em muitas localidades que não tinham transporte público, conseguimos aumentar aquilo que é a disponibilidade de horário de transporte público em muitos sítios onde já existia transporte público, mas apenas duas vezes por dia, estão aqui dois concelhos, Oliveira de Frades e Castro

Assembleia Intermunicipal

Daire, têm tido uma adesão muito significativa e tem sido uma mais-valia enorme para aquilo que é o nosso território. -----

--- Evidentemente que depois tem também a outra vertente do circuito entre concelhos e também a ligação à ferrovia e por isso é algo que é extremamente importante. Evidentemente que, como qualquer outro projeto, pode ser sempre melhorado e evidentemente que estaremos sempre cá também para conseguirmos melhorá-lo. -----

--- Falou, também, da questão dos autocarros, de chover lá dentro, eu penso que quando nós tivermos a nossa operação no terreno, a operação do concurso público internacional, uma operação em que estão definidos no caderno de encargos um conjunto de critérios, será algo que será sanado, evidentemente que até lá é o sistema que funciona há muitos anos e que temos a consciência que não é perfeito, mas que é o que temos. -----

--- Quanto à questão da inauguração da Ecopista do Vouga, ela teve quatro inaugurações, uma em cada concelho. A primeira foi em Viseu, por uma questão estratégica, porque é um produto de turismo que temos vindo a apostar e era precisamente no local que faz a interligação entre as duas ecopistas existentes. -----

--- De seguida teve mais uma inauguração em cada um dos concelhos, mas também não tenho dúvida nenhuma que é mais um produto que a região passa a disponibilizar com uma grande capacidade de atratividade do nosso território”. -----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Secretário Executivo, **Nuno Martinho**, e cuja intervenção se transcreve: “Só três ou quatro apontamentos relativamente á intervenção do Senhor Deputado Mário Pereira e para complementar o que referiu o Senhor Presidente sobre a questão da mobilidade. A mobilidade tem sido uma das grandes apostas da Comunidade Intermunicipal nos últimos anos, aliás isso é muito presente nas várias assembleias intermunicipais, nomeadamente e não só, como hoje também vai ser, na apresentação do orçamento e até na prestação de contas. Dar nota que relativamente ao transporte público de passageiros a Comunidade Intermunicipal já lançou o concurso público internacional, estamos na fase final da entrega das propostas e, obviamente, esperamos que a fase a seguir irá à nova operação com um novo operador de transportes, teremos sem dúvida nenhuma, e estou certo disso, uma mais e melhor mobilidade na nossa região, não só em termos de disponibilidade, mas também em termos da prestação desse mesmo serviço, basta só referir os autocarros, e aquilo que está presente no caderno de encargos, não só referente a tudo que tem a ver com a idade dos autocarros, mas também, nomeadamente a outras situações de conforto que hoje não são possíveis de ter, como é questões tão simples como questões de ar condicionado, questões

Assembleia Intermunicipal

ligadas à rede wifi ou questões ligados de rastreabilidade por GPS, que vai permitir também a todos os utentes terem uma melhor informação referente a essa mesma rede. -----

--- Relativamente ao transporte a pedido Ir e Vir, assume-se claramente hoje no território como um verdadeiro, se há projeto de coesão social e territorial, este é um deles. Estamos a falar de um projeto que tem mais de três mil paragens em todo o território de Viseu Dão Lafões, é disso que estamos a falar, temos três níveis de serviço, o serviço das aldeias ou das vilas ou do lugar à sede de concelho, temos também ligações entre sedes de concelho e temos ainda um outro serviço que liga ao comboio, ao intercidades. Estamos aqui num concelho que é dos concelhos onde tem mais utilização do serviço Ir e Vir a que se junta Castro Daire e São Pedro do Sul. Estamos a falar que mais de dezassete mil passageiros já utilizou este serviço, estamos a falar de um serviço em que, quando estamos a falar de férias escolares, e como é normal a Comunidade Intermunicipal reduz muito a oferta do serviço público de transporte de passageiros, porque obviamente o nosso serviço público de transporte de passageiros está muito assente naquilo que é o transporte escolar, estamos a falar em que no período de férias escolares transportamos mais de cento e cinquenta passageiros por dia, mobilizando mais de quarenta e quatro táxis, é esta a média que nós temos entre quinze de junho e quinze de setembro, que foi o último período de férias e, portanto, hoje é claramente um serviço que coloca o centro da política pública nas pessoas e este é um projeto de verdadeira coesão social e territorial. -----

--- Outra questão que falou o Senhor Deputado Mario Pereira tem a ver com a questão do fogo controlado. O fogo controlado é de facto uma aposta clara da proteção civil intermunicipal da Comunidade Intermunicipal, em estreita colaboração com os gabinetes técnicos florestais de cada uma das câmaras, com os serviços municipais de proteção civil, mas também com o comando sub-regional da Autoridade Nacional de Proteção Civil. Nós com o projeto europeu, o projeto Life, conseguimos formar no nosso território mais de vinte e cinco técnicos de fogo controlado e também mais de setenta operacionais de queima, que nos possibilita hoje nós termos espalhado pela região, pelos catorze municípios, mas não só, porque nós não capacitámos e credenciamos só técnicos das câmaras municipais, credenciámos também dos municípios, dos bombeiros e também da própria GNR. E, portanto, relativamente a isso, hoje mais do que nunca é uma técnica que temos usado muito e os serviços de proteção civil intermunicipal, nomeadamente em zonas fronteira, assim como é a questão da zona da Serra do Caramulo, também a zona de São Macário e São Pedro do Sul, zonas claramente identificadas pelo ICNF, que são zonas para fazer fogo controlado e, portanto, é um processo que vamos

Assembleia Intermunicipal

continuar a fazer, temos inclusivamente um plano de fogo controlado intermunicipal, que é complementado ao fogo controlado que cada uma das câmaras. Faz parte do nosso plano de ação e iremos continuar a fazê-lo porque entendemos, quer a Comunidade Intermunicipal, e volto a dizer, também a ANEPC, que é uma boa medida preventiva relativamente ao flagelo que temos tido nos últimos anos e que continuamos a ter relativamente aos incêndios na nossa região”.

--- **Quanto ao primeiro ponto da ordem de trabalhos** – 1. Análise e discussão da informação escrita do Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, relativa às atividades desenvolvidas pela CIM entre o dia 29 de abril ao dia 17 de novembro de 2023, nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

--- Foi dada a palavra ao Senhor Vice-Presidente do Conselho Intermunicipal, **Paulo Almeida**, cuja intervenção se transcreve: “De uma forma muito simples apenas realçar, trata-se de uma informação bastante exaustiva, bastante detalhada, mas de qualquer das maneiras, não querendo repetir o que está na informação, mas permitam-me destacar apenas três, quatro situações que merecem ser destacadas nesta assembleia.

--- Em primeiro lugar todo o trabalho da estratégia e da contratualização no Novo Quadro Comunitário, apoio da nossa ITI que totaliza cento e dezoito milhões de euros, que depois será subdividido nos seus vários eixos estratégicos e dividido também pelos catorze municípios que compõem esta CIM.

--- É um processo que está quase fechado, ainda não está totalmente fechado, mas está quase fechado, dar também nota, ou realçar esta informação nesta assembleia.

--- Depois falar-vos também, ou destacar também aquilo que é o projeto do BUPi, projeto este que desta primeira fase está concluído e dizer-vos que foi com muito orgulho que a CIM Viseu Dão Lafões foi a melhor CIM a nível nacional, ganhámos o primeiro prémio do território com melhor trabalho efetuado nesta matéria e comunicar-vos também que estamos já a trabalhar na nova candidatura para que este trabalho possa ser prosseguido e que contamos muito em breve fechá-lo.

--- Os outros dois temas que eu trazia aqui foram já temas que foram abordados no período antes da ordem do dia, mas apenas dar aqui uma nota.

--- Esta questão da mobilidade e transportes, o valor base do concurso público internacional são cerca de cinquenta milhões de euros, estamos aqui a falar de uma operação de grande dimensão para cinco anos.

Assembleia Intermunicipal

--- Dizer-vos, também, que é um trabalho que tem exigido dos serviços da CIM muito afinho e muita força de vontade, mas é algo que queremos acreditar que vai trazer melhorias significativas para aquilo que é o serviço prestado, tanto em termos de quantidade, e em termos de qualidade, para os nossos cidadãos.-----

--- A outra questão prendia-se efetivamente com a questão da Ecopista do Vouga.-----

--- Dar aqui também esta nota, estamos a falar de mais de sessenta e cinco quilómetros de uma via com uma capacidade de atratividade, não são sessenta e cinco quilómetros, são mais de sessenta e cinco quilómetros naquilo que já era um produto em que eramos uma referência em termos nacionais e com esta junção das duas ecopistas passamos a ter sessenta e cinco mais cinquenta, como dizia o outro é só fazer as contas, cento e quinze quilómetros de duas ciclovias, que se podem considerar quase só uma porque elas estão ligadas entre si. -----

--- Portanto, dar esta referência e como dizia há pouco, é uma informação bastante detalhada, mas qualquer dúvida estamos cá para podermos esclarecer.” -----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado **Rui Santos**, cuja intervenção se transcreve: “Eu queria começar por dizer que vou falar três coisas de níveis diferentes. E aproveito para começar com uma questão que se deu aqui, que é normal que aconteça, mas que eu acho que nós deveríamos procurar em termos de orgânica da assembleia que tem a ver com o Regimento. Não me parece que faça sentido estarmos a discutir as questões da atividade do Conselho Intermunicipal e do Secretariado Intermunicipal no período antes da ordem do dia. É neste ponto onde estamos agora, Análise e Discussão da Informação sobre a Atividade da CIM no período entre Assembleias, que esse debate e essa discussão deve ser feita. Por economia de tempo e coerência de organização e funcionamento das instituições, seria normal que assim fosse. A lei prevê que o ponto antes da ordem do dia seja para votos, moções, saudações e não para questões concretas de grande importância para o funcionamento da Comunidade, que têm a ver com atribuições específicas dos Órgãos da Comunidade e seu funcionamento, sem prejuízo da importância que alguns assuntos do tipo referido para antes da Ordem do Dia. Esta é uma sugestão de alteração do Regimento que deixo aqui. Aliás já uma vez se experimentou numa assembleia, suponho que em Carregal do Sal, quando era Presidente do Conselho Intermunicipal o Presidente de Câmara desse Município, Rogério Abrantes por mútuo acordo.-----

--- Uma segunda questão, em abono do Relatório de atividades é que gostaria que o meu município me apresentasse um relatório das atividades, cada vez que há uma Assembleia Municipal, com a estrutura, coesão e desenvolvimento do que foi aqui apresentado. -----

Assembleia Intermunicipal

--- Mas isso não quer dizer que eu não tenha aqui de levantar algumas questões, até em termos de atividade. E começo por levantar uma questão que tem a ver com princípios e o meu entendimento do que é uma democracia participada e o que é a administração aberta. Tive a experiência pessoal de viver seis anos a gerir um orçamento entre quarenta e cinco a cinquenta milhões de euros, dos quais setenta e cinco por cento eram fundos comunitários e participar na alocação de mais de dois mil milhões de euros de fundos comunitários. Por isso tenho uma clara noção da importância dos mesmos para o desenvolvimento do País e da Região da CIM pelo que a questão da utilização dos fundos comunitários me diz muito pelo que a procuro acompanhar o mais de perto possível a execução dos projetos apresentados e financiados. A situação na CIM melhorou no último ano, a execução dos projetos municipais e da coesão territorial subiu quase vinte por cento, estamos agora no setenta e um por cento no final de outubro. Mas acontece que continuamos a ser a oitava CIM, em oito, da região Centro em termos de execução. Não é o Secretariado da CIM ou Conselho Intermunicipal que têm responsabilidade, estamos a falar de projetos municipais. pode haver muitas razões e algumas há, também conheço algumas, mas é bom que se saiba como é que isto é. São recursos que não foram utilizados, não voltarão, genericamente. Pode ser que haja aí um bónus da União Europeia que permita utilizar os fundos sobranes neste quadro comunitário, se houver capacidade de negociação. Tenhamos esperança que tal aconteça e já não seria a primeira vez, mas o que é um facto é que a falta de execução dos projetos municipais, pode custar à nossa zona, vários milhões de euros que muita falta farão e a culpa não pode ser atribuída ao Governo ou à CIM. -----

Os Senhores Presidentes de Câmara foram eleitos, têm a sua legitimidade que não ponho em causa. Sou amigo relativamente próximo de uma parte e de outros menos porque nos vemos menos vezes. Mas sendo eleitos para serem Presidentes de Câmara, foram eleitos num regime democrático, com obrigação de prestar contas, que é um princípio da administração pública democrática e da administração aberta. Não são propriamente reis ou imperadores do Município, sejamos claros. Na última Assembleia Intermunicipal eu apresentei um requerimento para que me fossem fornecidos os dados de execução por município, dos projetos municipais e da coesão. Há uma lei, a Lei nº 26 de 2016, que regula o acesso aos documentos administrativos e que regula a administração aberta, aliás lei obrigatoriamente transcrita para o ordenamento português por imposição europeia, porque é uma norma europeia. Acontece que hoje estamos no dia onze de dezembro e eu tive duas respostas ligadas ao requerimento durante este período. A primeira em junho, já não sei o dia, a dizer que o Conselho Intermunicipal tinha apreciado o requerimento e tinha deliberado por unanimidade pedir um parecer. E uma segunda resposta

Assembleia Intermunicipal

que me chegou anteontem, via Mesa da Assembleia através da qual fiz o requerimento porque é o que está previsto na Lei que rege as Autarquias, a dar-me uma informação que no dia vinte e nove de novembro o Conselho Intermunicipal aprovou uma deliberação a dizer que não tinham que fornecer os dados solicitados porque eram um problema da responsabilidade das câmaras. Acontece que o famoso parecer para fundamentar esta decisão que foi pedido nunca me chegou. -----

--- Eu podia ter feito o requerimento diretamente ao Conselho Intermunicipal invocando a Lei do Acesso aos Documentos Administrativos. E posteriormente, face à não resposta reclamar para a Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos, mas não quis fazer para testar a consideração em que os autarcas que integram esta Assembleia são tidos.-----

--- A Comissão de Acesso que me deu uma peregrina resposta interessantíssima à reclamação que apresentei, ao considerar que a informação transmitida pela Sra. Presidente da Assembleia da efetiva “não resposta” do Conselho Intermunicipal, a deliberação de pedir um parecer, o que nada responde ao solicitado, era em si uma resposta e que o prazo para reclamar já tinha passado.-----

--- Ora bem, o meu problema é outro, e tem a ver com a questão essencial do funcionamento e da resposta dos órgãos democráticos todos, governo, assembleia e por aí fora. Não tem nada individualmente a ver com os Presidentes de Câmara, tem a ver com questões de princípio, se calhar é porque eu sou antiquado, bota de elástico. É que se pegarmos neste relatório, e bem, diz-se que a CIM funciona como Unidade de Gestão Intermédia, em termos de gestão de fundos comunitários, portanto toda a informação que eu pedi está na posse da CIM e dos seus órgãos, não é informação que esteja só nas câmaras. A organização intermédia tem responsabilidades como as outras, nos termos da Lei. É bom que isto fique claro. Mais, nos termos da Lei a CIM deveria ter, não sei se há, e talvez o Senhor Presidente ou o Senhor Secretário Executivo me possam responder a isso, nos termos do artigo nono da Lei 26 de 2016, de ter um responsável pela divulgação de informação. -----

--- Bom, já agora para ficarem todos tranquilos, na altura em que requeri a informação, eu tinha este mapa que os Senhores Presidentes sabem ter resultado de uma reunião que foi realizada em dezembro do ano passado com o Conselho Intermunicipal, Secretariado Executivo e elementos da CCDRC com base nas preocupações dos órgãos executivos da comissão, porque na altura a CIM Viseu Dão Lafões tinha cinquenta e três por cento de taxa de execução. Havia câmaras que iam desde os trinta e cinco por cento, a câmaras que tinham quase setenta. Ora bem, estamos a falar de um tema de interesse global e é nesse sentido que eu acho que aqui,

Assembleia Intermunicipal

para além dos problemas que vêm como o que o nosso colega Deputado Intermunicipal Mário Pereira levantou, que são muito importantes. Estas são as globais, têm interesse em função das pessoas. Mas estamos aqui também para apreciar e ajudar a definir numa questão fundamental para a estratégia de desenvolvimento da nossa região, que passa inevitavelmente por aproveitar devidamente os recursos financeiros que estão à nossa disposição. -----

--- Eu sei que alguns projetos caíram e depois foram transferidos para o PRR, isto é, sendo isso vantajoso para os municípios por estes não terem de suportar a contrapartida nacional, e sei que houve dificuldades e há cada vez mais dificuldades na nossa região por falta de empresas a trabalhar por falta de mão de obra. Falta relacionada muitas situações determinantes para a fixação de pessoas e de mão de obra e o Deputado Mário já levantou aqui por exemplo a questão dos transportes, mas também por exemplo a questão da habitação e o declínio que nós estamos a ter em termos demográficos, o despovoamento, o principal fator que vai agravar a desigualdade das nossas regiões do interior com as regiões do litoral. É preciso desenvolver ações minimizem ou invertam a tendência e à boa execução dos projetos financiados será um bom contributo. -----

--- Voltando à questão do requerimento agora tenho uma resposta formalmente definitiva sobre o primeiro. Mas não vou desistir, não de imediato, mas vou aguardar pelo encerramento das contas do Centro 2020, a trinta e um de dezembro, porque execução física é possível até trinta e um de dezembro e os pagamentos podem ir até fevereiro para voltar à carga para saber como é que foi a execução dos projetos municipais e da coesão territorial. Só que desta vez, peço desculpa à Senhora Presidente da Assembleia, desta vez vou fazê-lo em nome individual para depois poder reclamar para a Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos, se não tiver resposta. É muito simples, é um dos poucos contributos, para alguém que não tem nenhum interesse especial em termos de acessos a cargos políticos fazer poder contribuir para aquilo que é o princípio da administração aberta, da participação de cidadão na vida pública. É o meu entendimento. -----

--- Já agora, e já tendo dito que considero que este é um relatório de atividades muito bem feito, estão de facto aqui algumas linhas que o Senhor Vice-Presidente já referiu. Algumas são relativamente claras no que é que pode estar envolvido, toda a gente sabe o que é isso do ciclo da água, e mesmo outras da mobilidade urbana suave, que tem aliás uma dotação significativa. Mas como já disse antes, esperamos que ponham bicicletas com motor elétrico porque na maior parte das nossas zonas, com os desníveis que existem, vai ser difícil às pessoas que tenham mais de trinta e cinco anos vencerem-nos, na maior parte dos casos, a não ser que sejam praticantes

Assembleia Intermunicipal

de cicloturismo. Há aqui uma questão que eu gostaria de saber, e que não está completamente definido ainda, ainda não há um regulamento específico para as medidas, mas eu gostaria de saber o que é que está pensado como elegível, se já há alguma ideia, sobre estes sistemas de incentivos de base territorial e não sei o que é o AAEE. Que espaços de coworking são estes, tem catorze milhões, quinhentos e quarenta e seis mil euros, o que é que poderá eventualmente ser elegível, podendo não estar fechado ainda, o que é que poderá ser elegível nesta matéria.-----

--- Quanto ao resto só deixaria aqui uma nota para complementar em relação aquilo que disse o nosso Deputado Mário Pereira, é a questão do Ir e Vir. Acho, de facto, que é de todos, o projeto com maior incidência em termos de combate ao despovoamento e precisava por isso mesmo de ser expandido no sentido de ter mais facilidade de acesso e abranger mais pessoas. É evidente que tem muitas pessoas, mas de facto vai ser o futuro porque com o despovoamento que nós temos e com a diferença que vai haver em algumas povoações, há uma faixa etária que tem outros meios de mobilidade e funciona de uma outra forma, e depois começa há a outra faixa, que é aquela mais idosa, que cada vez vai aumentar mais e, portanto, precisa de mais disponibilidade desses transportes, O resto são outras questões, já foram levantadas”. -----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado **Mário Pereira**, cuja intervenção se transcreve: “Só duas notas, pode ficar alguma confusão nisto, a primeira, sobre o Ir e Vir, é um dos projetos em que a CIM é inovadora, e penso que é um dos projetos de futuro e é uma coisa em que temos de trabalhar mais e quando eu estou aqui a fazer alguma crítica é no sentido de dizer que isto pode avançar e que tem de avançar para continuar a resolver problemas de pessoas e acho que é aí que nós devemos apostar. Não tenho dúvidas nenhuma sobre isso e acho que foi das coisas que enquanto membro da assembleia intermunicipal dei alguns contributos, penso que foi também nesse sentido e, portanto, de algum modo é dos projetos que eu tenho algum orgulho em poder dizer que isso existe na nossa CIM e penso que é dos projetos em que algumas pessoas que eu conheço em outros territórios têm alguma inveja. -----

--- Uma outra coisa que também não quero que deixe aqui dúvidas é em relação ao meu interesse, ao meu empenho, em relação à ecopista. Algumas críticas que eu possa fazer têm a ver apenas com dizer assim: com um pouquinho mais ela podia ser melhor, e é só isto que eu quero dizer e acho que ela merecia ser melhor e nós merecíamos que ela fosse melhor em alguns pontos e estou a falar da experiência de quem a usa e fez alguns percursos, portanto, em termos pessoais é dos projetos que eu tenho maior partido, até porque ela passa muito pertinho da minha casa e eu faço todos os dias alguma coisa nela, e acho que é um dos grandes projetos, Agora reconheço e queria dizer isso, e sendo muito claro quanto a isso, penso e isso tem a ver

Assembleia Intermunicipal

com outra história, que é o modo como as autarquias e os municípios receberam o património da Linha do Vouga, isso seria uma questão muito interessante, mas penso que com um bocadinho mais, eu posso dizer que já fiz em dias de semana a pista do Dão e havia lá muita gente a andar de bicicleta, já fiz a pista de Viseu do Vouga a um domingo e não andava lá ninguém e porquê, porque tem ali problemas de traçado, tem problemas de contenção e de sinalização e de pisos que não motivam e eu isso tenho pena, até porque reconheço e também sei pois vou acompanhando isso, reconheço que provavelmente a ecopista, juntando o Dão e o Vouga, nós temos a maior ecopista de Portugal sem duvida nenhuma, mas era importante que ela pudesse fluir de uma para a outra. É só essa a minha crítica em relação a isto e acho que ela pode ser melhorada sem grandes investimentos, não está em causa isso". -----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado **Gonçalo Ginestal**, cuja intervenção se transcreve: “Meio a talho de foice, eu estava para intervir no ponto cinco mas tendo em conta as intervenções dos meus antecessores, faria sentido falar aqui também de uma perspetiva interessante que o Ir de Vir deveria acautelar, nós vivemos em territórios com zonas industriais e estamos, em também em Oliveira de Frades, que tem uma zona industrial com alguma dimensão e nós temos muita dificuldade, há muita gente, muitos concidadãos nossos a rejeitar trabalho porque não têm transporte, e essa dimensão acho que devia ser acautelada, para além das três que o Dr. Nuno aqui falou, numa futura reconfiguração do Ir e Vir, porque estou-me a lembrar de Tondela, tem três zonas industriais, estou-me a lembrar de Carregal do Sal também tem alguma indústria, outros concelhos como Castro Daire. Já não se coloca tanto em Viseu porque tem transporte interno, mas julgo que era uma dimensão fundamental para que possamos também integrar realmente e de alguma forma desenvolvemos os nossos concelhos do interior e atrair população para aqui”.-----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Vice-Presidente do Conselho Intermunicipal, **Paulo Almeida**, cuja intervenção se transcreve: “Duas notas, relativamente à questão das candidaturas e das execuções, apenas partilhar com esta assembleia que estamos a falar de questões de projetos municipais, cujos donos dos projetos, os donos das candidaturas são os municípios e que esse tema foi já discutido por várias vezes no Conselho Intermunicipal e esta última informação que foi enviada à Senhora Presidente para envio à assembleia resulta de uma deliberação por unanimidade no Conselho Intermunicipal, precisamente neste sentido que é, os projetos são municipais e sendo municipais devem ser tratados na sua esfera municipal e não na esfera intermunicipal, dar esta nota. -----

Assembleia Intermunicipal

--- Depois, relativamente à questão da ecopista do Vouga, eu passava depois a palavra ao Dr. Nuno Martinho, mas deixem-me dar também esta nota do projeto Ir e Vir. -----

--- Eu dizia há pouco que os nossos projetos são projetos de construção, ou seja, estamos sempre abertos aquilo que possam ser melhorias dos projetos. Evidentemente que, parece-me a mim que se calhar para as grandes áreas industriais não será com o projeto Ir e Vir que possa ser a solução, isto numa análise fria, até porque aí faz sentido é ter um transporte regular, porque estamos a falar de zonas industriais de grandes dimensões, ou escala naquilo que é o número de passageiros a transportar. -----

--- Este projeto é mais focado para aquilo que são o isolamento desta questão social onde não existe qualquer transporte público. Isto não invalida de não ser uma ideia que fica registada e que poderá ser tida em conta e ser avaliada com outro critério”. -----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Secretário Executivo, **Nuno Martinho**, e cuja intervenção se transcreve: “Só duas ou três notas muito rápidas, relativamente às questões colocadas pelos Senhores Deputados. Relativamente à questão que foi colocada pelo Senhor Deputado Dr. Rui Santos, relativamente à questão da contratualização dos cento e dezoito milhões dos fundos comunitários. Portanto, estamos a tratar agora de fechar o processo de contratualização da nossa ITI. Estes cento e dezoito milhões e o valor em cada um destes objetivos específicos é um resumo daquilo que são as opções municipais e também as opções dos projetos intermunicipais da Comunidade Intermunicipal. Relativamente à questão colocada pelo Senhor Deputado, relativamente à 1.3, ao sistema de incentivo de base territorial e às AAE's, que é áreas de acolhimento empresarial, portanto estão aqui agregadas três tipologias de projetos. As áreas de acolhimento empresarial das câmaras municipais e os espaços de coworking, mas também aqui e disso também uma fatia significativa que tem a ver com o apoio às empresas e, portanto, a Comunidade Intermunicipal desde o PT2020 também mobiliza apoio à criação e expansão de microempresas, portanto, apoio às empresas em várias áreas, à indústria transformadora e extrativa, ao comércio, também à área do turismo, portanto, aqui estamos a falar de pequenas iniciativas empresariais de criação de empresa ou de expansão de empresas, que vão até duzentos e cinquenta a trezentos mil euros que a Comunidade Intermunicipal financia e que pode ir até sessenta por cento a fundo perdido. Aqui tem exatamente este objetivo de financiar pequenas iniciativas empresariais que têm muita dificuldade em ter projetos aprovados no Programa Compete, no Programa Nacional do Sistema de Incentivos e, portanto, nós já no Portugal 2020 tivemos dois instrumentos, o SIZ e o PAPN, Programa de Apoio à Produção Nacional, onde de facto apoiámos e dinamizámos vários projetos e apoiámos várias empresas,

Assembleia Intermunicipal

microempresas e também apoiámos a criação de postos de trabalho, portanto, esta linha dirige-se exatamente a essa tipologia de projetos e a tipologia de investimentos. -----

--- A questão relativamente ao Ir e Vir. O Ir e Vir nós, obviamente, vamos vendo e tivemos um primeiro projeto piloto, onde fizemos o teste, nomeadamente só a ligação entre a vila, o lugar, aldeia à sede de concelho. A partir daí começamos a verificar uma necessidade da ligação intermunicipal entre sedes de concelho e depois acrescentámos uma outra camada que era o serviço ao comboio ou intercidades. -----

--- Nós relativamente às zonas de acolhimento empresarial de futuro, com o novo serviço público de transporte de passageiros, vamos ter dois serviços municipais, onde hoje não existem, nomeadamente em Tondela e também na cidade de Mangualde. Outra questão é que nós temos de ter sempre muito cuidado na questão porque o serviço Ir e Vir também é um serviço público de transporte de passageiros e temos de garantir a complementaridade com a carreira pública, porque caso contrário estamos de facto a tirar receita do operador para colocar no serviço Ir e Vir, e, portanto, esta questão quer dos horários em cada uma das vias tem muito a ver também onde passa a carreira pública e a que horas é que ela passa, porque caso contrário também não o podemos fazer, aliás é ilegal, tanto é que todo o nosso serviço Ir e Vir tem um regulador que também é a Autoridade de Mobilidade e Transportes e todos os contratos que nós fazemos são todos vistos exatamente pelo regulador, portanto é um outro serviço público de transportes, só que é o serviço de transporte público de passageiros com base no serviço do táxi, obviamente que sentimos essa necessidade, temos muitos pedidos dessa necessidade, se calhar teremos de ver outro tipo de transporte ou outro tipo de solução, até com o futuro operador de transportes, aquele que irá ganhar a concessão no território. -----

--- Relativamente à Ecopista do Vouga, dar aqui uma nota, obviamente, penso que o Senhor Deputado Mário Pereira se estava a referir mais com o piso, tem a ver com o piso slurry que temos nos setenta quilómetros da Ecopista do Dão e que temos na Ecopista do Vouga que não é slurry e alcatrão. Isto tem a ver de uma forma muito clara, e nós já o dissemos, com os custos, tem a ver com o custo da empreitada. Nós estamos a falar de uma obra em que foi suportada em mais de cinquenta por cento pelos municípios, é disto que estamos a falar. Nós não tivemos financiamento no Portugal 2020, o quadro comunitário não tinha apoio para esta iniciativa, tivemos que ir ao Programa Valorizar, do Turismo de Portugal, e tivemos um apoio de dois milhões de euros, em que no início do custo da empreitada a obra estava financiada a cerca de sessenta e seis por cento, com os custos a seguir, que apanhamos em cima do covid depois da guerra da Ucrânia, é fácil perceber que as empreitadas só em revisão de preços subiu

Assembleia Intermunicipal

brutalmente, estamos a falar que no final do dia o custo aos quatro municípios a obra foi comparticipada a cinquenta por cento. O custo com o slurry subia mais vinte ou trinta por cento relativamente ao valor inicial. Mas também é bom dizer uma coisa, a Comunidade Intermunicipal faz parte da Associação Europeia das Vias Verdes, que é a maior associação europeia de ciclovias e ecopistas e em toda a Europa a maior parte do piso é o piso que temos na Ecopista do Vouga. A Rede EuroVelo, que é a maior rede de Walking e cycling é toda neste tipo de piso, e portanto, é feita aqui de facto uma comparação porque faz a ligação ao Dão, mas é bom dizer que a maior parte das vias verdes por essa Europa fora, são vias que têm aquele tipo de piso que, até em alguns casos se diz que para a prática desportiva até são melhores do que o próprio alcatrão e o betuminoso, agora há um conjunto ainda de equipamentos que podem de facto ser melhorados na Ecopista do Vouga, tudo que tem a ver com marcos telemétricos, mas relativamente a outro tipo de infraestruturas como equipamentos de manutenção, como outra tipa de sinalética, obviamente esperamos agora, também com este novo Quadro Comunitário que aí vem, podermos incrementar e alavancar também esta infraestrutura com outro tipo de equipamentos, mas ela hoje já é muito atrativa, já tem muita gente, é mais uma grande porta de entrada que temos no território, na vertente turismo de natureza, e aliás antes de ela estar aberta já havia muita gente que fazia a Ecopista do Vouga de bicicleta”.-----

--- **Quanto ao segundo ponto da ordem de trabalhos:** Análise, discussão e votação da 2.ª revisão orçamental, do exercício económico de 2023, nos termos do disposto na alínea b) do artigo 84º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e da alínea b) do artigo 15º dos Estatutos da CIM Viseu Dão Lafões.-----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Secretário Executivo, **Nuno Martinho**, e cuja intervenção se transcreve: “Esta proposta de revisão orçamental que trazemos hoje aqui à aprovação da Assembleia é uma proposta de revisão que está acoplada, e foi distribuída aos Senhores Deputados, uma memória justificativa relativamente às alterações em cada uma das rubricas e a razão, também, de alteração de cada uma das rubricas, aliás temos mapas sínteses com essa mesma distribuição e deriva essencialmente pelo facto da CIM, como é sabido, trabalha muito na lógica de projetos, muito na lógica também de projetos cofinanciados por fundos comunitários e por outras fontes de financiamento e, portanto, foi basicamente o ajustamento que tivemos de fazer à realidade da execução física e financeira desses mesmos projetos ao longo do ano e fazer esse ajustamento agora para este exercício económico. -----

Assembleia Intermunicipal

--- Penso que a informação que foi distribuída é muito clara relativamente às oscilações que teve em cada um dos projetos e a cada uma das GOP's". -----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado **Rui Santos**, cuja intervenção se transcreve: “Eu volto a dizer o que disse há bocado, aliás já não é a primeira vez que digo e tenho dito por exemplo, nós estamos perante um documento que tem uma enorme virtude, que é o tal do problema da transparência da administração, que é a explicitação das razões das alterações e a identificação. Eu nisso congratulo-me e felicito o Conselho Intermunicipal e o Secretário Executivo.-----

--- Olhando para este documento não há grandes dúvidas para quem o leia e o que é que está em causa. Mas eu gostaria de ouvir explicitar uma coisa: - há uma descida no previsto inicialmente e o final da revisão, de cinco milhões e quinhentos mil euros, números redondos. Porque é que houve esta situação, se há uma obra que se atrasou por falta de mão de obra, por falta de concurso, claro que isso tem efeitos, e, portanto, há múltiplas razões para isso, mas talvez esta situação merecesse mais qualquer nota do Senhor Secretário Executivo. Foi ele com certeza que fez os mapas e a justificação, como é normal, porque o Presidente e os outros membros do Conselho Intermunicipal não estão lá exatamente para isso”.-----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Secretário Executivo, **Nuno Martinho**, e cuja intervenção se transcreve: “Dar nota que, exatamente como disse o Senhor Deputado, nós temos no final esse mapa síntese onde podemos ver, em cada um dos projetos, qual foi a oscilação que resulta depois, no fundo é dividido o total pelas várias frações, que tivemos essa mesma divisão. Há aqui, de facto, uns que concorreram com base de mais de vinte e cinco ou trinta por cento, um deles tem a ver com a questão dos transportes. Nós nos transportes, obviamente, vivemos muito, agora estamos a fazer contratos estimativos para o ano de 2024, firmámos agora em dezembro e depois vamos fazendo o apuramento do défice das obrigações de serviço público por trimestre. E, por exemplo, relativamente à questão dos transportes, tudo que tem a ver, quer o regime transitório das autorizações provisórias, quer o PART, quer o PROTRANSP, só aí nós tivemos alterações, numa de duzentos e setenta e nove mil euros, noutra de trezentos e vinte e um mil euros e outra de oitocentos e quarenta mil euros. Nós só na componente de transportes temos quase dois milhões de euros, 1,8 milhões de euros que tem a ver exatamente com esta questão de que, no início de um contrato nós fazemos estimativa que depois as obrigações de serviço público vem e o PART vem em função da utilização da bilhética por parte dos utilizadores, porque fazemos descontos, quer aos passes, quer também aos pré-comprados e relativamente ao défice tarifário é uma equação matemática, é o custo da operação menos os passes escolares e menos a bilhética, que depois dá o défice, que dá as obrigações de serviço

Assembleia Intermunicipal

público. Nós no ano de 2023 tivemos, de facto, o pagamento de menos défice, do que aquele que estava previsto, exatamente porque houve um apoio do Governo, ao apoio aos combustíveis, e, portanto, esse apoio ao combustível foi deduzido relativamente às OSP. -----

--- Depois uma outra fração que também teve uma redução significativa tem a ver com o nosso projeto BUPi, o projeto BUPi estava muito alavancado em termos de apoio, tinha a ver com um compromisso dos municípios em termos das matrizes realizadas, e, portanto, não obstante, o Senhor Presidente já referiu isso, fomos a Comunidade Intermunicipal que mais matrizes registou no conjunto do todo nacional, tendo inclusivamente recebido um prémio, ficamos aquém relativamente ao compromisso, na altura foi um compromisso muito ambicioso, do total da região.-----

--- Portanto, nós só aqui nestes três projetos, pois o outro divide-se pelos outros projetos, nomeadamente nos projetos cofinanciados por fundos comunitários em que foram feitos ajustamentos, e uma outra vertente, que é bom dizê-lo também tem o peso, tem a ver com as unidades móveis de saúde. Inclusivamente é um projeto que nos incomoda um bocadinho, é um projeto que já tem quase dois anos que andamos a falar nas unidades móveis de saúde, num protocolo entre a ARS do Centro, a Comunidade Intermunicipal e os catorze municípios, mas tem uma razão de ser para neste momento as unidades móveis de saúde ainda não estarem à disposição dos municípios e à disponibilização da população. A CIM fez uma candidatura ao Portugal 2020, em determinado momento, e o Senhor Deputado Rui Santos falou em outro exemplo na área da saúde do PRR e da área das escolas, que passou para os municípios com vantagens, neste caso, também o nosso projeto estava financiado no Programa Operacional Regional do Centro, passou para o PRR, só que houve um problema no lançamento do aviso, e, no aviso a Comunidade não apareceu como entidade beneficiária, apareceu só a ARS do Centro, o que é que tivemos de fazer, a ARS Centro foi barriga de aluguer da Comunidade Intermunicipal para as viaturas, estamos há um ano e meio à espera da aquisição destas viaturas, num concurso da ARS do Centro, com demoras que aconteceram. Estão englobadas as nossas viaturas, como as viaturas para outras regiões do país e, portanto, não tenho dúvidas nenhuma, até porque a CIM já tinha o projeto a decorrer, se esse projeto tivesse sido a CIM detentora dele, estas viaturas já estavam, com toda a certeza, na posse das nossas populações. Isto aqui para dizer que também, daquilo que falou o Senhor Deputado Rui Santos, só aqui estão cerca de mais de seiscentos mil euros reduzidos ao orçamento".-----

--- Em face da ausência de pedidos de inscrição, a Senhora Presidente colocou a mesma a votação tendo sido aprovada por unanimidade, pelos 33 deputados presentes.-----

Assembleia Intermunicipal

--- **Quanto ao terceiro ponto da ordem de trabalhos:** Análise, discussão e votação da proposta de Mapa de Pessoal, para o exercício económico de 2024, nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 90º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Vice-Presidente do Conselho Intermunicipal, **Paulo Almeida**, cuja intervenção se transcreve: “De uma forma muito rápida, o mapa de pessoal retrata aquilo que é a estrutura orgânica que se perspetiva para o ano de 2024”. -----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Secretário Executivo, **Nuno Martinho**, e cuja intervenção se transcreve: “O mapa de pessoal não tem grandes alterações na sua globalidade, relativamente ao último mapa de pessoal aprovado, aqui, na Assembleia Intermunicipal da CIM. Dar nota só de algumas necessidades que nós de facto temos no reforço da capacitação da estrutura de recursos humanos da CIM. Nós, acho que estamos a viver uma situação, que é normal na administração pública, é alguma dificuldade na retenção de talento e na captação de talento. E, portanto, nós hoje vimos, no passado quando abria contrato para técnico superior na função pública, fosse ela autarquia local, uma comunidade intermunicipal ou a administração central do estado, sempre dizíamos temos centenas de concorrentes, temos centenas de pessoas a concorrer e só para analisar os currículos todos vamos estar aqui uma série de tempo. Nós hoje verificamos que na abertura de concursos para técnicos superiores ou não para técnicos superiores, não temos muitas candidaturas, portanto, estamos aqui com uma dificuldade, de facto, na captação e na retenção de talento.-----

--- Em termos da Comunidade Intermunicipal nós estamos com necessidades urgentes de reforçar, aliás estão dois concursos, que já tentamos por mobilidade, que ficaram desertos e foram abertos agora, na última reunião do Conselho, para a área da Mobilidade e dos Transportes, nós dentro de seis, sete meses, estamos a gerir um contrato de um operador com grandes exigências ao nível da fiscalização do contrato, com a gestão da bilhética, que a Comunidade Intermunicipal colocou o risco da operação do lado da Comunidade Intermunicipal, portanto, temos que gerir toda a bilhética e toda a bilhética integrada, como tal, ao nível da Mobilidade e Transportes temos necessidade, de facto, de reforçar muito a capacidade instalada da Comunidade Intermunicipal. -----

--- Outra área que temos vindo também a aumentar é a da contratualização, que tem a ver com a questão da Gestão e do Organismo Intermédio de fundos comunitários, porque cada vez as exigências são mais. -----

--- Uma outra questão tem a ver com as Brigadas de Sapadores Florestais. Nós temos duas brigadas, constituídas por seis equipas. Nós, neste momento, temos uma grande rotação. Neste

Assembleia Intermunicipal

momento temos só das duas brigadas, temos só uma brigada, temos só três equipas, com uma grande rotação de homens e, portanto, temos de abrir concursos. Temos uma questão, no caso das brigadas, tem a ver com a questão da remuneração. É uma situação que do ponto de vista do Conselho Intermunicipal temos de analisar esta questão dos sapadores, porque o que verificamos é que fazemos concursos para catorze homens e mulheres, quinze ou dezasseis e aparecem dois, três, quatro candidatos e, portanto, relativamente aqui aos sapadores florestais é uma outra área na unidade da proteção civil intermunicipal que vamos ter necessidade de abrir um novo concurso para o próximo ano”.

--- Em face da ausência de pedidos de inscrição, a Senhora Presidente colocou a mesma a votação tendo sido aprovada por unanimidade, pelos 33 deputados presentes.

-- **Quanto ao quarto ponto da ordem de trabalhos:** Análise, discussão e votação da proposta de Orçamento e Plano de Atividades para o exercício económico de 2024, nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 90º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

--- Foi dada a palavra ao Senhor Vice-Presidente do Conselho Intermunicipal, **Paulo Almeida**, cuja intervenção se transcreve: “Trata-se novamente de mais um ano e um orçamento ambicioso.

--- Nós também preparámos uma apresentação detalhada, que, entretanto, já passo ao Senhor Secretário Executivo para a fazer, mas dizer que são cerca de vinte milhões de euros e onde novamente a questão da mobilidade, novamente a questão dos transportes, novamente esta questão da coesão territorial e coesão social terá também aqui um peso muito grande. Vinte milhões é muito significativo, mas também representa aquilo que é toda a dinâmica que tem vindo a ser feita e, evidentemente que este trabalho da CIM passa muito também por gerir outro tipo de valores que não estão aqui porque acabam por fazer a gestão de candidaturas que são candidaturas municipais, e por isso naquilo que é um orçamento de vinte milhões é aquilo que é o orçamento da CIM mas que tem um trabalho que depois resulta muito mais do que esses vinte milhões, se somarmos aquilo que é o resultado que tem nos orçamentos municipais”.

--- Foi dada a palavra ao Senhor Secretário Executivo, **Nuno Martinho**, e cuja intervenção se transcreve: “Vou só dar as grandes linhas do orçamento. Como o Senhor Presidente já falou e bem, é um orçamento que ascende quase a vinte milhões de euros, obviamente também com um peso significativo, à volta dos vinte, vinte e cinco por cento, relativamente à questão do Serviço de Mobilidade e Transportes da Comunidade Intermunicipal e da nossa região. Penso que o documento que foi remetido aos senhores deputados é um documento denso, mas também é um documento explicativo, com uma memória justificativa e com vários mapas

Assembleia Intermunicipal

anexos, onde, de facto, é explicado também do ponto de vista estratégico, as opções e os valores nas GOP's e nas atividades mais relevantes nos PPI's de cada um desses mesmos projetos. Muitos desses projetos também já são do conhecimento dos senhores deputados, muitos projetos destes são plurianuais e projetos que do ponto de vista estratégico têm vindo, ao longo dos anos, obviamente com variantes diferentes, em função também do investimento e da maturidade desses mesmos projetos, a ter uma continuidade no seio da Comunidade Intermunicipal.-----

--- As linhas estratégicas que foram definidas para este orçamento estão muito alinhadas com aquilo que é também as opções do território e as opções da região, tendo em vista o processo de contratualização para o Portugal 2030.-----

--- Quatro ou cinco áreas que me parecem fundamental referir. Uma tem a ver com a questão da transformação digital e da inteligência territorial. A Comunidade Intermunicipal ao longo dos últimos anos tem vindo a fazer um investimento muito grande no domínio da modernização administrativa das câmaras municipais, fizemo-lo desde 2009/2010 em que um desses objetivos foi não deixar nenhum município para trás e, em função da dimensão do município, ser ele pequeno ou maior, haver claramente uma disponibilização de um serviço online às câmaras municipais e às empresas, em que fundamentalmente, para o munícipe e para a empresa entrar numa câmara municipal de Vila Nova de Paiva ou de Aguiar da Beira, seja exatamente igual que entrar numa plataforma de disponibilização como é no Município de Viseu ou no Município de Mangualde. Isto tem a ver muito com uma estratégia em termos de modernização administrativa que a Comunidade Intermunicipal teve, que na altura demos o nome "Um Modelo, Catorze Municípios", e hoje permite-nos ter um grau de maturidade, e um grau de desenvolvimento da parte da infraestrutura tecnológica e das soluções de BackOffice dos municípios, que nos permite agora estar a pensar, de facto, noutra salto qualitativo relativamente à disponibilização do serviço ao cidadão.-----

--- Temos vindo, no último ano, a desenvolver um trabalho muito assente também na ciência dos dados. Nós temos um conjunto de informação dispersa e dados dispersos nos municípios, onde juntando os dados e a tecnologia podemos ter, de facto, efeitos disruptivos da análise desses mesmos dados e poder ter aqui um conjunto de informação, que fundamentalmente, é essa a função dos dados, ajudar também na tomada de decisão dos Presidentes de Câmara e dos executivos municipais e da própria Comunidade Intermunicipal. E, claramente, neste próximo ano, vamos continuar um caminho, a Comunidade Intermunicipal desenvolveu uma plataforma analítica de inteligência territorial, com vários verticais.-----

Assembleia Intermunicipal

--- Um dos primeiros verticais, que já foi apresentado, inclusivamente na maior feira mundial de SmartCities, em Barcelona, tem a ver com a Smart Mobility, uma aposta claramente na mobilidade, mobilidade muito dirigida ao munícipe, muito assente naquilo que são o transporte público de passageiros, o serviço “Ir e Vir”, o bike sharing, o serviço de monitorização da gestão de pavimentos da Comunidade Intermunicipal das nossas estradas, fundamento para aqui haver com informações de trânsito em tempo real, muito usando também naquilo que foi a compra a dados que a Comunidade Intermunicipal fez, quer através da SIBS analytics , quer através dos dados da waze, e, portanto, de futuro vamos continuar a construir mais verticais, a proteção civil é outro, onde a Comunidade Intermunicipal tem muita informação na sua Plataforma VIGIA, onde temos os estudos da caracterização dos grandes incêndios florestais, onde temos as nossa estações meteorológicas, o sistema de videovigilância da floresta. -----

--- Vamos também ter outro vertical da economia, da demografia, da área da educação, da área do turismo, portanto, vamos continuar aqui, obviamente neste Quadro Comunitário, que agora está a vir, continuar este processo de capacitação e de modernização administrativa, mas com o foco mais na transformação digital, na inteligência territorial, em que colocamos, claramente, a pessoa no centro da política pública e na resposta às suas necessidades e às suas aspirações.

--- Outra área também importante nesta área da transformação digital é um projeto que estamos a trabalhar, que está a dar os primeiros passos, que tem a ver com a criação de uma zona livre tecnológica, com testes de drone de alta altitude, sendo o quartel-general no Aeródromo de Viseu. É um processo que estamos a trabalhar com o Aeródromo, estamos a trabalhar com o Município de Viseu, que é detentor, proprietário desse mesmo Aeródromo. Já foi feita uma primeira parceria onde está o Instituto Politécnico de Viseu e também está a Associação Empresarial. Já fizemos também reuniões de trabalho com a ANI, com a Agência Nacional de Inovação, a quem compete de facto atribuir esta zona livre tecnológica. Também já fizemos reuniões com os reguladores e, portanto, é um projeto que vamos continuar neste ano e no primeiro trimestre do ano, a engrossar esta parceria, a envolver mais empresas, a envolver também outras instituições do sistema científico tecnológico do país, para podermos, de facto ter aqui, na nossa região, uma zona livre tecnológica, para testes de alta altitude.-----

--- Uma outra área também que temos presente tem a ver com a antena que temos em Bruxelas, do nosso Centro Europe Direct. Está na nossa região desde maio de 2021, temos sido um trabalho que temos vindo a fazer em duas regiões do país, Viseu Dão Lafões e a Região de Aveiro, muito ancorado também no sistema científico e tecnológico, IPV e Universidade de Aveiro. De realçar também o trabalho que temos feito, muito junto das escolas, sobre aquilo

Assembleia Intermunicipal

que é a literacia europeia, sobre as instituições europeias e, deixem-me dizer-vos que o trabalho que temos com os alunos, não imaginávamos muita falta de informação que há sobre a União Europeia, o que é a Europa, o que é que a Europa representa para o nosso país, e de facto, e um trabalho importante que nós temos vindo a fazer e com muitos bons resultados, e temos gerado também muitos fóruns de discussão, debates na Comunidade Intermunicipal, sobre o futuro da Europa, sobre a construção da Europa, também sobre o PRR, temos feito várias iniciativas no Centro Europe Direct, que é bom dizer, é uma instituição que está um bocadinho fora aqui da Comunidade Intermunicipal, embora a CIM Viseu Dão Lafões seja a entidade acolhedora desta instituição.-----

---Ao nível do turismo vamos continuar o trabalho que temos vindo a fazer até aqui, muito ancorado naquilo que são os nossos produtos turísticos integrados de base intermunicipal, produtos gastronomia e vinhos, ligados ao enoturismo, também o turismo cultural e patrimonial, o nosso turismo de natureza, onde temos as nossas ecopistas, os nossos percursos pedestres, também a saúde e o bem-estar. -----

---Dar nota de dois projetos em que temos grandes expectativas no próximo ano. Um é um projeto intermunicipal, mas não só, é um projeto da Região Centro, que é a EN16, que é de facto a nossa estrada nacional 16 e daquilo que ela pode representar em termos de mais uma alavanca de desenvolvimento para o nosso território, que sabemos que vale muito por si, mas vale muito mais se nós tivermos a capacidade de fazer a combinação cruzada da EN16 com aquilo que é o nosso património, que é a nossa serra, que é os nossos rios, que é a nossa gastronomia, e por isso, é um projeto que estamos com o Turismo Centro de Portugal, mas também com as nossas CIM's congéneres, das Beiras e Serra da Estrela, e também da Região de Aveiro. Não nos podemos esquecer que a EN16 vem desde Aveiro até à zona de fronteira, a Vilar Formoso, e com grande capacidade também, de trabalho, e de promoção e de notoriedade do nosso destino.--

--- Outro projeto, é o projeto das ecovias Viseu Dão Lafões. Estamos no projeto também com os Municípios de Carregal do Sal, Nelas, Mangualde, Penalva do Castelo, Aguiar da Beira, Sátão, que é construir também um corredor verde em que depois consigamos fechar o anel deste corredor verde, ligando depois à Ecopista do Vouga e depois também à Ecopista do Dão. É um projeto que está numa fase de estudo prévio, estamos agora numa fase também de, a seguir ao estudo prévio, fechar o traçado com os municípios, seguir-se-á um projeto de execução e depois, obviamente a candidatura a fundos comunitários. -----

--- Na área da proteção civil intermunicipal e da defesa da floresta já muito foi dito aqui sobre o trabalho sistematizado, organizado que temos vindo a fazer com os nossos municípios, mas

Assembleia Intermunicipal

também com os atores que estão no território, seja o ICNF, seja a GNR, seja a ANEPC, sempre um trabalho numa lógica de complementaridade e numa lógica de articulação estratégica e operacional, que para nós é fundamental, sempre a somar aquilo que cada uma das instituições já faz. Já se falou aqui muito daquilo que foi o nosso projeto, a nossa Plataforma VIGIA, o nosso sistema de videovigilância da floresta, também o trabalho importante, com alguma capilaridade de intervenção, que foi o trabalho na questão da espécie invasora, da Vespa Velutina, não esquecendo aqui também todos os projetos europeus que a CIM tem vindo a desenvolver nesta área, um deles o projeto Life Lanscape Fire, um projeto que continuamos a desenvolver, em que tem várias ações piloto, entre elas a questão do fogo controlado, que já foi aqui falado, mas também a da silvo-pastorícia preventiva.-----

--- Ligando a esta questão da proteção civil, também a questão das alterações climáticas, é uma área que também temos vindo a trabalhar e que tencionamos trabalhar nos próximos tempos. Temos um trabalho com vários parceiros europeus, em vários projetos já aprovados e outros que foram aprovados recentemente na última semana. Na última semana nós tivemos mais três projetos europeus aprovados no Sudoeste, dar aqui um parenteses importante, a CIM tem sempre esta ambição e este trabalho de tentar captar fundos comunitários que vão muito para além daquilo que são os programas nacionais e tendo a ambição de ir com outros parceiros europeus a projetos internacionais, obviamente aqui, numa lógica sempre de parceria, ou como parceiro ou como entidade líder, porque já vamos tendo também uma rede e uma tração de trabalho nos últimos anos, que nos permite hoje, muitos são os parceiros europeus que nos convidam também e nós convidamos outros para fazerem parte de parcerias musculadas e fortes para terem sucesso em programas internacionais, que é bom dizer, que é onde está grande parte do dinheiro de fundos comunitários. Nós olhamos para os programas Interreg's, olhamos para os projetos da Europa Digital, olhamos para os projetos da cultura e é tudo em mil milhões de euros e, portanto, nós temos de ter esta capacidade de não só sermos capazes de ir, mas também de mobilizar a região para se candidatar a estes apoios que estão em programas nacionais e temos vindo a fazer também, através do Europe Direct, um conjunto de dinamizações de ações, junto de parceiros, como foi há pouco tempo, da cultura, para incentivar os atores culturais a irem buscar essas fontes de financiamento.-----

--- Lideramos um projeto europeu, o StopWaste, que é um projeto ligado à economia circular, somos chefes de fila e estamos em outro projeto, do Urbact, que exatamente tem a tônica na área da mobilidade e a tônica entre a ligação, entre o urbano e o rural. Outra área que iremos continuar a trabalhar tem a ver com a área da educação e do sucesso educativo, com muito

Assembleia Intermunicipal

sucesso que temos tido nos últimos anos, um trabalho que fazemos sempre articulado com as nossas escolas, os agrupamentos de escolas e também com os vereadores da educação de cada uma das câmaras municipais, sempre também aqui numa lógica de complementaridade. Nenhum projeto educativo vai para uma escola sem antes haver uma reunião de coordenação, uma reunião com o diretor do agrupamento dessa escola, com o vereador dessa câmara municipal, numa plataforma colaborativa que temos, que é a nossa Rede de Educação, em que temos também como parceiro-chave a DGESTE.-----

--- A questão da mobilidade e dos transportes é outra área, já foi hoje muito falado aqui do que é a mobilidade e o que ela representa para a região e o trabalho. Acho que ao nível do transporte, em carreira pública, de facto os nossos munícipes ainda não sentiram a diferença do serviço desde que a Comunidade Intermunicipal gere este processo. Sentiram-no no transporte a pedido, no Ir e Vir, mas estamos certos, que dentro de um ano, irão sentir essas melhorias quando tivermos o novo operador no nosso território e com aquilo que vai ser a disponibilização de um conjunto de serviços ao cidadão, estamos certos de que, aí sim, daqui a um ano, vão ver as melhorias significativas no serviço da carreira pública às nossas populações.-----

--- Uma área que também estamos a trabalhar, que começámos agora a trabalhar e que para nós é importante, naquilo que tem a ver com a nossa demografia e com os nossos recursos, tem a ver com uma plataforma colaborativa para o desenvolvimento rural. Estamos a juntar um conjunto de parceiros, há várias áreas que se cruzam com o desenvolvimento rural, estamos a juntar a Direção Regional de Agricultura, a Autoridade Nacional da Proteção Civil, o Instituto Politécnico de Viseu, os grupos de Ação Local, para termos uma estratégia de eficiência coletiva para o desenvolvimento rural. Há um conjunto de fontes de financiamento para o desenvolvimento rural, acho que o território deve estar organizado, deve falar a uma só voz naquilo que é o desenvolvimento rural dos nossos territórios, das nossas zonas de baixa densidade, porque isso representa muito naquilo que é a demografia e a competitividade do nosso território.-----

--- Outra área, também importante e para concluir, tem a ver com a questão da captação de investimento. A CIM tem esta competência da captação de investimento em articulação com o AICEP, é uma área em que nós temos, claramente, um programa de ação, uma estratégia e as linhas de ação e os projetos claramente identificados, obviamente que queremos agora e nesta ITI apresentar e candidatar um conjunto desses projetos e vamos também, obviamente, articulá-los com o AICEP para articulá-lo com a política pública relativamente aquilo que é a captação de investimento e também com a nossa Associação Empresarial, e como disse há pouco, uma busca

Assembleia Intermunicipal

incessante de fundos comunitários para além daquilo que são os nossos programas nacionais, nomeadamente nos programas Life, no projeto Interreg, nos programas Urbact. -----

---E, obviamente aqui também, uma tarefa árdua que temos agora pela frente que é o encerramento, que vai ser o primeiro trimestre do ano, para aquilo que é o encerramento do Portugal 2020, o encerramento não só das candidaturas da Comunidade Intermunicipal, mas também do encerramento que é de toda esta operação de todos os municípios que foi o pacto Viseu Dão Lafões 2020 e preparar e lançar no terreno aquilo que vão ser os novos avisos e as novas candidaturas para o próximo quadro comunitário de apoio, em que os avisos de abertura de concurso vão já sair a partir do dia 1 de janeiro, porque os vários avisos já estão a ser preparados para serem publicados. Os municípios vão concorrer e a Comunidade Intermunicipal, enquanto organismo intermédio, cabe-lhe depois analisar as candidaturas e aprová-las para rapidamente começarmos também a execução física e financeira do Quadro Comunitário do PT2030. -----

---São só estas notas que queria dar, daquilo que são as grandes áreas do trabalho da Comunidade Intermunicipal, muitas delas não falei para não maçar os Senhores Deputados, mas estão expressas no documento que vos foi disponibilizado”. -----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado **Telmo Antunes**, cuja intervenção se transcreve: “As minhas primeiras palavras são para o Senhor Presidente de Oliveira de Frades, o nosso anfitrião, aqui hoje. Quero congratular-me pelo trabalho que está a desenvolver e destacar o facto de que a política continua a ser atrativa para pessoas que vêm da sua vida privada para funções públicas. Apraz-me registar o facto de ter deixado a advocacia e ter ingressado na vida política o que nem sempre é fácil tendo em conta, a maior parte das vezes, os apelidos, que nós que há muitos anos estamos na política, encaramos isto com grande dignidade e com grande dedicação. Trazer mais uma pessoa para a vida política, congratulamo-nos por isso, desejar-lhe as maiores felicidades. -----

--- As minhas segundas palavras, aqui referindo-me de um modo particular, destacar o Dr. Mário Pereira, que acaba de sair das suas funções, durante muitos anos, como diretor da ASSOL. É nosso colega desta Assembleia Intermunicipal, foi também já membro da Assembleia Municipal de Vouzela. Nunca estivemos do mesmo lado em questões políticas, nunca tivemos a sorte de estar do mesmo lado em questões político-partidárias, mas estivemos sempre do mesmo lado pelo desenvolvimento da nossa região. Começou a falar e a trabalhar a problemática da deficiência quando muito poucas entidades neste país, muito poucas instituições o faziam. Fê-lo na ASSOL de uma forma dedicada, apaixonada e transformou a ASSOL numa das maiores

Assembleia Intermunicipal

instituições de referência a nível regional e a nível nacional, com uma abordagem diferenciadora em relação à maior parte das instituições que trabalham esta matéria da deficiência e é uma honra, é um prazer enquanto membro desta Assembleia Intermunicipal, fazer parte do mesmo grupo de deputados eleitos e agradecer todo o trabalho que desenvolveu ao longo dos anos em prol das pessoas com deficiência, aqueles que mais necessitam. E, por isso, enquanto deputado intermunicipal, enquanto, também, membro da Assembleia Municipal de Vouzela e também enquanto Presidente, terei oportunidade de na próxima assembleia municipal de falar nisso, mas aqui hoje, não, podia deixar de referir e de destacar o trabalho que tem desenvolvido ao longo destes anos. Espero que não desista das suas causas de cidadania, das suas causas de intervenção política e intervenção pública e que continue ativo e que nos continue a honrar com a sua presença, obviamente que não depende de nós, depende primeiro de ser candidato e depois de ser eleito, mas faço votos que assim aconteça. -----

--- Voltando aqui à matéria que me traz aqui hoje, que diz respeito à questão do Plano de Atividades e Orçamento, agradecer a explicação exaustiva que o Senhor Secretário Executivo desta CIM fez, não vou acrescentar nada ao que referi no ano passado, e congratular-me pelo facto de a CIM não estar num lugar, numa posição de estabilidade, ou numa posição de conforto, e procurar sempre ir mais além, ir mais longe. Não procurar apenas aquilo que lhe cabe na fatia da CCDR Centro ou de outros programas nacionais e vai procurar investimentos a nível internacional. Espero que continue nessa senda, espero que continue a procurar parceiros e parcerias estratégicas no desenvolvimento da nossa região e o voto da bancada parlamentar do Partido Social Democrata não podia deixar de ser um voto positivo de aplauso pelo trabalho desenvolvido pela Comunidade Intermunicipal, pelos seus catorze Presidentes de Câmara, que como já referiu o nosso anfitrião, não tem olhado a cores políticas e espero que assim continue. Portanto, o voto da bancada Social Democrata será um voto de aprovação do Plano de Atividades e Orçamento para o ano de 2024”.-----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado **Mário Pereira**, cuja intervenção se transcreve: “Na política nunca tive inimigos, mas também nem adversários, acho que nós podemos ter diferentes opiniões sem nos consideramos sequer adversários. Eu acho que é tendo diferentes opiniões sobre as coisas, que nós conseguimos criar também algumas coisas novas e diferentes, e contribuir com alguma coisa para a nossa comunidade.-----

--- Em relação aqui ao Plano de Atividades e Orçamento há duas coisas que aqui foram ditas e que eu gostaria de chamar à atenção, porque são coisas que me preocupam. Uma delas é a questão do coworking, criarmos espaços de trabalho para pessoas que trabalham em casa. Eu

Assembleia Intermunicipal

não conheço muita gente, mas conheço já gente jovem a trabalhar aqui no nosso território, a trabalhar para universidades americanas a partir daqui, a trabalhar para empresas na Inglaterra a partir daqui, a trabalhar para empresas nacionais, vivendo aqui. Eu outro dia a falar com jovens sobre isto, começamos a fazer um levantamento das pessoas que conheciam, na zona entre Vouzela e Oliveira de Frades, e chegámos a mais de uma dúzia, quase a vinte, pessoas que estão a trabalhar permanentemente a partir de casa. E, estas pessoas também precisam de ter algum espaço, ter direito de socialização e muitas vezes até de algum apoio técnico, penso que neste momento quando nós falamos da retenção de talentos, eu acho que é aqui que podemos fazer alguma coisa e estes espaços de coworking não precisam de ser coisas muito complicadas, precisamos só de pensar, às vezes, em coisas em que há uma boa rede de internet e uma boa impressora e uma máquina de café para meter uma moeda, não é preciso muito mais que isto, às vezes nós pensamos em coisas complicadas, com alguém à porta, quem quiser utilizar tem um código para entrar. Eu acho que isto são coisas que nós devíamos, de facto, investir, porque isso vai permitir também reter pessoas aqui e, essas pessoas, são depois pessoas que podem contribuir nas bandas, na política, podem contribuir em outras coisas. -----

--- A outra questão que aqui se falou é a questão da demografia, eu percebo qual é a postura, mas há uma questão que é uma abordagem que nós temos tido do desenvolvimento rural que não tem produzido grandes efeitos, que é olharmos para o desenvolvimento rural como uma coisa nostálgica, o desenvolvimento rural passará por uma alteração radical das condições de vida de quem aqui mora e passará por dar viabilidade económica às florestas, à agricultura e isso passa também por transformações legais importantes. Porque há uma transformação demográfica, um grande impacto que está a acontecer nomeadamente em Oliveira de Frades, Vouzela, São Pedro do Sul, e penso que nos outros concelhos é igual, que é a fixação de muitos imigrantes e isso hoje tem já no concelho de Oliveira de Frades, Vouzela, São Pedro do Sul, nomeadamente, só para termos uma ideia de isso, estamos a falar de que provavelmente neste momento no Agrupamento de Escolas de Oliveira de Frades, mais de dez a doze por cento das crianças são filhos de estrangeiros. É disso que estamos a falar. Estamos a falar de uma alteração radical na demografia e penso que deveríamos também, provavelmente, nós todos, darmos atenção a isto. -----

--- Quando nós dizemos que temos de alterar a nossa população, nós já cá temos as pessoas, temos é de conseguir que elas fiquem e dar-lhes condições para que elas fiquem e que neste momento já dependemos delas. A economia hoje, em Oliveira de Frades, se todos os imigrantes fossem embora colapsava, mas colapsava a economia e colapsava os serviços sociais. Eu acho

Assembleia Intermunicipal

que esta alteração, enquanto nós continuarmos a olhar com a ideia de que o mundo rural vai voltar a ser como era com gente a vir acordar os vizinhos e tal, agora só com a diferença olhar para uma coisa, em vez de andar com um pau na mão, andar com um laptop na mão, mas isso também terá sempre algum efeito, irá fixar algumas pessoas, mas neste momento acho que nós devíamos dar também uma atenção específica a esta gente, que é em grande número, e eu acho que nós, não sei se a nossa comunidade está a fazer o suficiente para os acolher devidamente, e para lhes reconhecer a importância que eles neste momento já têm para nós e na importância que podem ter para a sustentação da demografia na nossa comunidade, na nossa região. Neste momento dez por cento das crianças, filhos, a maioria de brasileiros, mas penso que em Oliveira de Frades, São Pedro do Sul há para aí trinta nacionalidades nas escolas, eu penso que estamos perante uma realidade nova, isto são coisas dos últimos anos, nesta escala, penso que mesmo a imigração que houve nos anos de 2000, havia de facto alguma imigração, não teve esta escala, nem esta componente, porque hoje vêm famílias inteiras. -----

--- Já agora posso dizer uma coisa, no outro dia estava a discutir com uns colegas, nós notamos que há muitos miúdos, nomeadamente famílias brasileiras, que vêm com filhos com deficiência para as nossas escolas. Será por acaso? Eu penso que eles também vêm à procura de um melhor apoio e penso que isso é também uma das razões com que faz que tenhamos alguma incidência até, temos famílias inteiras que vêm, com filhos com problemas graves, porque, as nossas escolas, o nosso sistema nacional de saúde, apesar de tudo, garante apoios que eles lá não têm.

--- Quando falamos de demografia, gostava só de deixar só aqui isto, porque muitas vezes passamos ao lado. Continuamos a olhar para o mundo rural como se fosse uma coisa, uma coisa que ainda não vai acontecer. Nenhum de nós quer ir para lá trabalhar, não podemos desejar para os outros coisas que a gente também não quer”. -----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Vice-Presidente do Conselho Intermunicipal, **Paulo Almeida**, cuja intervenção se transcreve: “Só também duas pequenas notas. Uma relativamente à questão do espaço coworking. -----

--- Não sei se sabem, mas já existem alguns espaços coworking no nosso território. Alguns outros que estão neste momento em fase de adjudicação, em virtude de candidaturas efetuadas no âmbito da Comunidade Intermunicipal e por isso, logicamente naquilo que se calhar a pandemia veio acelerar , veio acelerar esta possibilidade de teletrabalho, e daquilo que é o trabalho à distância e estes espaços coworking são precisamente para criarmos no nosso território oferta para que tenhamos esta capacidade de atrairmos pessoas que, se calhar, com aquilo que são os custos elevadíssimos nos grandes centros urbanos, aquilo que são os custos

Assembleia Intermunicipal

ambientais dos grandes centros urbanos, aquilo que são muitos outros problemas dos grandes centros urbanos, terem aqui em Viseu Dão Lafões uma oportunidade de se moverem para cá, moverem as suas famílias e se fixarem cá.-----

--- É uma forma de atrair gente, é uma forma de reter talento e é por isso que no âmbito da CIM também temos feito e temos estratégia neste campo.-----

--- Relativamente à questão dos migrantes, isto evidentemente que acaba por ser também uma solução para aquilo que é a falta de mão de obra que existe, ou da muita falta de mão de obra que existe e evidentemente que tem de haver essa preocupação também, e os procurarmos integrar para que a sua estadia cá, a sua vivência cá seja a melhor e que também se possa evitar outro tipo de problemas, que às vezes estes tipos de migrações ocorram.-----

--- Neste âmbito também temos estado focados nisso, temos aí uma candidatura em que estamos a trabalhar um projeto para a inclusão e por isso não podia estar mais de acordo com a intervenção nesta matéria, do Deputado Mário Pereira, porque ele é um especialista nesta área, mas é efetivamente uma necessidade e algo que tem de se ter muito cuidado e muita atenção, por tudo aquilo que eu disse há pouco”.-----

--- Em face da ausência de pedidos de inscrição, a Senhora Presidente colocou a mesma a votação tendo sido aprovada por unanimidade, pelos 33 deputados presentes.-----

--- **Quanto ao quinto ponto da ordem de trabalhos:** Análise, discussão e ratificação da proposta de decisão de autorização da despesa relativa ao contrato de serviço público a celebrar na sequência da revisão do modelo financeiro do concurso público para a contratação de serviço de transporte rodoviário de passageiros na Região de Viseu Dão Lafões, nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Secretário Executivo, **Nuno Martinho**, e cuja intervenção se transcreve: “De uma forma muito rápida, só dar nota que trazemos hoje aqui a ratificação desta Assembleia, uma autorização de despesa de um projeto plurianual, que, obviamente, não se integra na autorização prévia genérica que os Senhores Deputados, normalmente todos os anos, dão ao Conselho Intermunicipal, e tem a ver com uma alteração que tivemos de fazer relativamente ao concurso do serviço público de transporte de passageiros, em sede de erros e omissões, que levou também a uma alteração da revisão do modelo financeiro deste concurso público e que tivemos que fazer uma retificação à autorização dessa mesma despesa”.-----

--- Em face da ausência de pedidos de inscrição, a Senhora Presidente colocou a mesma a votação tendo sido aprovada por unanimidade, pelos 33 deputados presentes.-----

Assembleia Intermunicipal

--- **Quanto ao sexto ponto da ordem de trabalhos:** Listagens de compromissos plurianuais, assumidos, entre o dia 1 de abril e 17 de novembro de 2023, ao abrigo da autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais, nos termos do artigo 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e do artigo 12º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho. -----

--- **Quanto ao sétimo ponto da ordem de trabalhos:** Análise, discussão e votação da proposta de autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais, no exercício de 2024, nos termos do artigo 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro. -----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado **Vítor Fernandes**, cuja intervenção se transcreve: “Alguns colegas já notaram que eu venho aqui, mais uma vez quebrar esta regra que tem sido sistemática da unanimidade e, de facto, sinto muito, mas é meu dever fazê-lo, aliás à semelhança do que tenho feito em anos anteriores, e a maior parte dos colegas aqui presentes já sabem também quais são os motivos, no entanto, também há aqui colegas novos que não sabem. Também para quem amanhã ler a ata e ver uma pessoa a destoar de toda a Assembleia, eventualmente, ainda não sei, ainda não temos o resultado da votação, mas acho-me no dever de lembrar quais são os motivos. -----

--- E então é assim. Esta questão traz um conforto para nós todos, porque de facto esta proposta que vem aqui já foi aprovada por unanimidade em Conselho desta Comunidade. Outro conforto é que, eu conheço grande parte dos Presidentes de Câmara, e também não ponho minimamente em causa a honorabilidade e capacidade de gerir e decidir quais são os bons projetos aqui para a nossa região. No entanto também há alguns desconfortos, e começo desde logo por notar que esta nossa tomada de posição de votar favoravelmente esta proposta é uma autolimitação às competências desta Assembleia. Nós temos as nossas competências, aliás é por isso que vêm aqui para aprovar estes projetos plurianuais, que de facto, estão relacionados com as obras mais importantes que se fazem na região, e, portanto, com esta autorização genérica, abdicamos de tomar conhecimento deles previamente e de decidir caso a caso, como deveria ser. Podem argumentar que a Assembleia Intermunicipal só reúne duas vezes por ano e isto carece de alguma agilização, é verdade, mas então vamos lutar para que passemos a, com mais dignidade, reunir mais vezes. Acho que devia ser essa a nossa aposta e a nossa pressão. Por outro lado, estando em consonância com esta posição, ao fim ao cabo, nós também estamos a consentir que a informação importante, aspeto que já foi aqui falado nesta Assembleia, informação importantíssima e relevantíssima, chegou aqui com demora. Pois, a final, nós vamos ficar a saber quais são os contratos que são assumidos, mas só posteriormente, aliás, ainda há pouco foi-nos dado conhecimento da lista dos últimos contratos assumidos e nós, através da lista, podemos

Assembleia Intermunicipal

questionar e podemos obter informação sobre essas obras e sobre a evolução. Mas de facto isso já é tardiamente, o que em termos pessoais também me levanta outro constrangimento, que é muitas vezes estar perante questões de munícipes e até de pessoas da região que me vêm falar sobre um certo projeto, uma certa obra, e eu confesso a minha ignorância, o meu alheamento, completamente a essa obra, coisa que não fica bem a um deputado municipal, não fica bem a nenhum de nós.-----

--- Eu, em termos concelhios voto favoravelmente esta questão e, também posso dizer porquê. Porque há uma maior proximidade e uma pessoa conhece diariamente o que se está a passar quer no executivo, quer no concelho. O mesmo já não se passa quanto à região, que é a região CIM Dão Lafões, que é muito mais vasta e, naturalmente, eu, no concelho de Penalva do Castelo, muito dificilmente tenho informação sobre o que se passa na região, em concelhos mais distantes. É só esta a justificação que me leva de facto a manter a posição, que tenho tomado em anos anteriores, de me abster perante esta questão”. -----

--- Em face da ausência de pedidos de inscrição, a Senhora Presidente colocou a mesma a votação tendo sido aprovada por maioria, com 32 votos a favor e 1 abstenção do Deputado Vítor Fernandes -----

--- **Quanto ao oitavo ponto da ordem de trabalhos:** Análise, discussão e votação, nos termos do artigo 164.º do Código do Procedimento Administrativo (CPA), da proposta de deliberação de submissão à Assembleia Intermunicipal, para ratificação na próxima sessão a realizar, a autorização de reprogramação da GOP 2023 e a repartição de encargos e assunção do compromisso plurianual para a “Aquisição de serviços de elaboração de processos de Representação Gráfica Georreferenciada” e para a “Aquisição de serviços de mobilidade”, no âmbito do projeto de “Implementação do Sistema de Informação Cadastral Simplificado na região Viseu Dão Lafões - BUPi”, para efeitos do disposto no artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho e nos artigos 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro e 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Secretário Executivo, **Nuno Martinho**, e cuja intervenção se transcreve: “Dar aqui nota, isto é a mesma referência relativamente ao ponto cinco e tem a ver também com a ratificação de uma autorização de uma reprogramação de uma Grande Opção do Plano, relativamente ao projeto BUPi, portanto, ao lançamento de dois procedimentos concursais que tem a ver com uma candidatura que a CIM está a submeter ao PRR, nomeadamente duas vertentes, a aquisição de serviços de mobilidade e, por outro lado também a aquisição de técnicos para as nossa equipas móveis, que, é bom lembrar, que foi essa

Assembleia Intermunicipal

metodologia de operacionalização, com uma capilaridade grande de intervenção em cada uma das freguesias e em cada uma das aldeias do nosso território, que deu de facto esta proximidade para dar os nossos resultados bons no projeto BUPI e do cadastro, portanto aqui é esta autorização para estes dois procedimentos concursais”. -----

--- Foi dada a palavra à Senhora Deputada **Ana Paula Santana**, cuja intervenção se transcreve: “Congratulo-me com este ponto. Votaremos favoravelmente, porquanto o BUPI é um serviço essencial à comunidade. É um serviço que surgiu com diversas precaridades, tem vindo a ser desenvolvido, teve agora aqui uma interrupção significativa que prejudicou as comunidades. Os municípios conseguiram, em conjunto com a CIM, encontrar aqui uma solução temporária, mas que não é suficiente. Espero que sejam céleres para conseguir resolver aquilo que é uma imposição legal. Não poderia era deixar de constatar que, pese embora o esforço dos recursos humanos afetos e até de alguma eficácia dos mesmos em conseguir contornar problemas, suspeito que a médio, longo prazo, muitos conflitos virão aquando a georreferenciação estiver completa, porquanto os cidadãos têm muita dificuldade em fazer uma georreferenciação correta, porque não têm capacidade económica para a fazer de uma forma técnica e que plasme, de facto, a realidade de cada um dos seus prédios rústicos e fica aqui o desafio para que a CIM no âmbito do desenvolvimento deste programa e da construção da capacitação técnica dos seus recursos, possa encontrar assessoria técnica para que a realidade da georreferenciação corresponda à realidade da propriedade, isto para evitar conflitos futuros. Esperemos que a concretização desta resposta ao público seja rápida, porque ela é efetivamente necessária. Obrigada pelo empenho em a curto prazo conseguirem contornar o problema”.-----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Vice-Presidente do Conselho Intermunicipal, **Paulo Almeida**, cuja intervenção se transcreve: “Evidentemente que este é um processo fundamental para o país, grande parte do território já ninguém sabe de quem é, muitos sabem que têm lá qualquer coisa, não sabem onde é, mas é fundamental, porque se nós não sabermos ou não conhecermos o território, nunca o conseguimos valorizar e portanto, este é o primeiro passo, a CIM tem tido um papel e uma aposta muito grande, mas também temos a noção que existem várias fragilidades, fragilidades essas que tem sido comunicadas com regularidade às entidades gestoras do projeto, nós somos os executores de uma candidatura, mas sem dúvida alguma que é um passo extremamente importante nós conhecermos aquilo que estamos a gerir, porque se nós não conhecermos o que estamos a gerir, nunca conseguiremos sair da cepa torta e por isso este é um dos grandes problemas, na nossa região onde grande parte do interior, grande parte do território está abandonado e está abandonado por muitos que nem sabem que têm, outros

Assembleia Intermunicipal

sabem que têm mas nem sequer sabem onde, por isso é que é uma aposta nossa clara, se calhar não é por acaso que ficámos em primeiro lugar nas CIM's, com mais trabalho efetuado mas cientes que existem muitas fragilidades ainda neste projeto".-----

---Em face da ausência de pedidos de inscrição, a Senhora Presidente colocou a mesma a votação tendo sido aprovada por unanimidade, pelos 33 deputados presentes.-----

--- **Quanto ao nono ponto da ordem de trabalhos:** Análise, discussão e votação, nos termos do artigo 164.º do Código do Procedimento Administrativo (CPA), da proposta de deliberação de submissão à Assembleia Intermunicipal, para ratificação na próxima sessão a realizar, a autorização de reprogramação da GOP 2023 e a repartição de encargos e assunção do compromisso plurianual para a “Aquisição de serviços para conceção, produção, montagem e desmontagem do stand da CIM Viseu Dão Lafões para a BTL 2024”, para efeitos do disposto no artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho e nos artigos 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro e 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Secretário Executivo, **Nuno Martinho**, e cuja intervenção se transcreve: “Só dar uma nota, é a mesma explicação da anterior, sendo que neste caso se refere a uma aquisição de serviços para a presença da região Viseu Dão Lafões na Bolsa de Turismo de Lisboa, a exemplo do que já fizemos nas duas edições anteriores, em que a Comunidade Intermunicipal aparece agregando os seus catorze municípios e todos os seus produtos turísticos num único stand”.-----

---Em face da ausência de pedidos de inscrição, a Senhora Presidente colocou a mesma a votação tendo sido aprovada por unanimidade, pelos 33 deputados presentes.-----

Quanto ao décimo ponto da ordem de trabalhos: Análise, discussão e votação, nos termos do artigo 164.º do Código do Procedimento Administrativo (CPA), da proposta de deliberação de submissão à Assembleia Intermunicipal, para ratificação na próxima sessão a realizar, a autorização da repartição de encargos e assunção do compromisso plurianual para a “Aquisição de serviços de apoio no âmbito da candidatura de classificação do património megalítico da sua área territorial como Património da Humanidade junto da UNESCO”, para efeitos do disposto no artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho e nos artigos 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro e 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- Foi dada a palavra ao Senhor Secretário Executivo, **Nuno Martinho**, e cuja intervenção se transcreve: “Aqui só dar uma nota adicional, a contextualização é igual ao ponto anterior, sendo

Assembleia Intermunicipal

que este tem a ver com uma aquisição de serviços para a preparação de todo o processo de classificação do nosso património megalítico, como Património da Humanidade junto da UNESCO. Dar conta que a Comunidade Intermunicipal tem vindo, ao longo dos últimos dois anos, a fazer um trabalho junto dos seus municípios da valorização do património megalítico através da Rota do Megalitismo, aliás um processo que até extravasa o território da nossa CIM e vai até ao concelho de Sever do Vouga. Dentro de todo este processo, foi-nos dito por um conjunto de especialistas desta área, que tínhamos todas as condições a nível internacional para, de facto, classificar estes monumentos da nossa região junto da UNESCO. Portanto, é este processo, houve a decisão política também do Conselho Intermunicipal de começar este trabalho, um caminho que se faz caminhando, porque há aqui também um processo, primeiro de classificação como monumento nacional, para depois a seguir fazer o processo seguinte. Dar nota que este contrato de aquisição de serviços é um contrato de cooperação horizontal entre a Comunidade Intermunicipal e a Universidade do Algarve” .-----

--- Em face da ausência de pedidos de inscrição, a Senhora Presidente colocou a mesma a votação tendo sido aprovada por unanimidade, pelos 33 deputados presentes.-----

--- Intervenção do Público -----

--- Não se verificou qualquer pedido de intervenção. -----

--- A Senhora Presidente da Mesa deu a sessão por encerrada às dezoito horas e quarenta e cinco minutos, lavrando-se a presente ata que vai ser devidamente subscrita pela Presidente da Mesa e pelo Secretário da mesma. -----